



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

NOTAS CRÍTICAS SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), TECNOLOGIZAÇÃO DA SOCIEDADE E O TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

MARIA JOSE DE OLIVEIRA LIMA¹

CAMILA BARBOSA VIEIRA²

ROBSON JESUS RIBEIRO³

ANTONIO INÁCIO SILVA⁴

RESUMO:

Discussão sobre possibilidades da efetivação dos ODS frente ao avanço do capital ao estágio da tecnologização societária e relacionar à atuação do/a assistente social. Ainda, vislumbra-se que a educação ambiental, intrínseca na dimensão educativa, pode ser uma estratégia para efetivação da agenda sem comprometer as defesas éticas da categoria e dessa forma garantir o direito da população

Palavras-chave: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Tecnologização; Serviço Social; Educação Ambiental.

ABSTRACT:

Discussion on the possibilities of achieving the Sustainable Development Goals (SDGs) in the face of advancing capital towards societal technologization, and its relevance to the social work profession. Additionally, it is envisaged that environmental education, inherent in the educational dimension, can serve as a strategy for advancing the agenda without compromising the ethical defenses of the profession, thereby ensuring the rights of the population.

Keywords: Sustainable Development Goals, Technologization, Social Work, Environmental Education.

¹ Universidade Estadual Paulista

² Universidade Estadual Paulista

³ Universidade Estadual Paulista

⁴ Universidade Estadual Paulista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

I. Introdução

Discussões a respeito do meio ambiente vem sendo travadas desde o século XX e a busca por alternativas que melhorem a situação do planeta e a qualidade de vida de seus habitantes ainda parece não ter encontrado uma solução definitiva. O caminho a ser construído para que isso se materialize é amplamente conhecido e proporcionalmente ignorado e até questionado.

Tal problema se mantém presente, apesar de séculos de discussão a respeito da problemática ambiental, por causa do modo de produção capitalista, que para a sua subsistência assume a conotação predatória ao meio comum - meio ambiente. A sua produtividade está totalmente ligada à alteração e utilização de bens naturais em seu favor, sem contato, os resquícios da alta produtividade e consumismo.

A expansão da tecnologia, por exemplo, no contexto da 4ª revolução industrial (revolução tecnológica), nomeada tecnologização da sociedade, alcança dimensões ainda maiores do trato, uso e descarte dos bens, entendendo que o sistema capitalista é,

[...] o primeiro a colocar as ciências naturais à serviço direto do processo de produção, quando o desenvolvimento da produção proporciona, diferentemente, os instrumentos para a conquista teórica da natureza. A ciência logra o reconhecimento de ser um meio para produzir riqueza, um meio de enriquecimento. (MARX, 1988, Online).

Considerando o avanço industrial à sociedade tecnologizada, logo há que se considerar "(...) que as tecnologias são produtos de uma sociedade e uma cultura". (LEVY, 1999, p. 22), e desta maneira estas representam-se enquanto um subproduto do capital e, enquanto tal, irá reproduzir os intentos deste sistema.

Outro aspecto presente nesta geração é a interconectividade e também a interdependência das nações no mundo globalizado, tais quais trouxeram também diversos desafios para a proteção do meio ambiente e da vida na terra.

A partir da aceleração da interconectividade entre as nações, as atividades humanas também seguem o ritmo do aumento de relações comerciais que ultrapassam as fronteiras nacionais e são responsáveis pela geração de impactos ambientais incalculáveis.

Dito isso, a escala da atual crise ambiental planetária passa a incorporar novos atores, grandes corporações e enormes conflitos de interesses que tornam a resolução do problema um campo de disputas e um desafio complexo a ser enfrentado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pensando nessas problemáticas e considerando a intensificação da discussão da efetivação da Agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU) que foi responsável pela criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que o presente artigo se propõe a trazer pontos importantes para o entendimento do tema proposto.

A proposta é tecer notas críticas sobre o avanço da globalização, a tecnologização societária e conseqüente danos ao meio ambiente e à vida humana, correlacionando com o trabalho profissional do serviço social que está inserido em um campo de disputa e é chamado a intervir nas expressões da questão social - que embora sejam alinhadas ao estabelecido na agenda da ONU inclusive a partir do estabelecido no Código de Ética da Categoria - entretanto com reflexões críticas sobre esse processo e a proposta de desenvolvimento sustentável.

Para tanto, cabe algumas considerações das implicações do processo de globalização e da revolução tecnológica sobre o meio ambiente, principalmente no consumo desenfreado de recursos naturais.

O crescimento econômico principalmente nos países em desenvolvimento tem resultado na aceleração do consumo de energia, água, extração de recursos minerais e alimentos, entretanto não se pode ignorar que os países desenvolvidos são os maiores responsáveis pela degradação ambiental e os maiores difusores desse padrão de consumo.

Dito isso, o aumento da extração e consumo de recursos tem ocasionado imensos impactos socioambientais, sendo responsável pelo esgotamento de reservas naturais, perda da biodiversidade, extinção de ecossistemas e ainda uma enorme produção de resíduos sólidos.

Esses problemas gerados em nome do “desenvolvimento” em uma era tecnológica, é uma falácia armada, este se representa enquanto instrumento da manutenção dos interesses econômicos e de classe, como é possível observar abaixo,

O conceito de “era tecnológica” encobre ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos jamais desfrutados pela humanidade. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 41).

Considerando a grande manipulação e o descalabro diante da qualidade da vida na terra que tais intervenções incidem, tais quais contribuem diretamente, também para as mudanças climáticas globais, umas das principais ameaças do tempo presente.

Todo esse ciclo de destruição já vem sendo discutido, mas encontra barreiras firmes dos países que não querem aderir à redução de danos causados ao planeta por todos esses

elementos, alguns países tentam cumprir essa tarefa, outros simplesmente ignoram, pois veem as indústrias como molas propulsoras para produção e consumo em massa, próprio do modo de produção capitalista.

Diante desse emblemático impasse a respeito da proteção ao meio ambiente, em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou a proposta para que os seus 193 países signatários assinassem a Agenda 2030. Trata-se de um plano global composto por 17 objetivos (ODS) e 169 metas para que esses países atinjam o desenvolvimento sustentável até 2030.

A proposta de discutir elementos que possam contribuir para tal intento se concretize, apesar do modo de produção vigente e das contradições existentes é necessária principalmente num cenário de intensificação dessa agenda global e exigências legais para o uso dos objetivos, inclusive no desenho e implementação de políticas públicas, dito isso, e como já afirmado anteriormente, os ODS mantêm alinhamento com as defesas realizadas pela categoria, cabendo então uma postura ética e crítica na leitura e encaminhamentos para a sua concretização.

No sentido da busca de ferramentas de apoio para o fortalecimento dessa agenda e suas metas, vislumbra-se que a Educação Ambiental pode ser utilizada enquanto a estratégia mais alinhada com a categoria profissional para alcançar os objetivos aqui mencionados e ainda garantir que assistentes sociais tenham alternativas em seu cotidiano profissional para intervenções de forma ética e comprometidas com as defesas intransigente dos direitos humanos, em especial pelo fato da profissão ter uma dimensão educativa intrínseca ao fazer profissional e que é responsável pela intervenção nas expressões da questão social a partir de um olhar ampliado e alinhado à perspectiva de estrutura da sociedade.

II. Objetivos do desenvolvimento sustentável: desafios contemporâneos

A discussão em defesa do meio ambiente tornou-se consistente e visível ainda no século 20, mais precisamente na década de 1970, ocorreu devido ao crescimento exponencial da produção industrial, com o aumento do número de habitantes nas cidades onde se localizavam essas indústrias e posteriormente com e a migração tecnológica industrial,

Fato que chama a atenção é a sintonia dos problemas relacionados ao meio ambiente, eles não acontecem de forma isolada, se há o aumento de indústrias, há necessidade de trabalhadores para realizar tarefas, então havia espaço nas cidades para tantas pessoas buscando emprego e formas de sobrevivência? A junção desses dois binômios, indústria e população, sempre resultam em aumento da produção de lixo e resíduos e a oferta pouco

provável de serviços adequados às reais necessidades dos que buscavam melhorias em seu modo de vida.

Houve então o reconhecimento da necessidade de criar ações consistentes para combater a problemática social e ambiental para que suas consequências em relação à saúde humana fossem melhoradas. Foram várias ações construídas ao longo das últimas décadas, todas com amplitude internacional, evidenciando dentre eles:

Em 1987, é publicado o “Relatório Brundtland”, intitulado “Nosso futuro comum” (Our common future), que recebeu esse nome em virtude da Coordenadora da Comissão, Gro Harlem Brundtland [...]. Esse relatório apontava para a desigualdade existente entre os países e para a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, contribuindo para disseminar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que surge formalmente no seu bojo, introduzindo definitivamente a ideia de que o desenvolvimento econômico de hoje deve se realizar sem comprometer as necessidades das futuras gerações. (SEIFFERT, 2014, p. 14).

Algo que chama a atenção no conteúdo desse relatório é a indicação da desigualdade e os diferentes rebatimentos dessa entre os próprios grupos vulnerabilizados, e mais, não se tratava apenas de questão ambiental, pois apontava que a pobreza era inexoravelmente ligada aos problemas ambientais.

Outro evento que deve ser destacado é a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cujo nome foi denominado “Cúpula da Terra”, Eco 92, ou ainda Rio 92. Aqui, o Brasil mostra seu potencial para propor diálogos e ações, que refletiram positivamente no cenário mundial. Isso foi considerado relevante porque se tratava de um país latino-americano sediando um evento que discutia a respeito da sobrevivência humana, reunindo 103 chefes de Estado de um total de 182 países e sendo aprovado 5 acordos oficiais internacionais.

- a) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- b) Agenda 21 e meios para sua implementação;
- c) Convenção – Quadro sobre Mudanças Climáticas;
- d) Convenção sobre Diversidade Biológica;
- e) Declaração de Florestas. (SEIFFERT, 2014, p. 16).

Em 2015, foram estabelecidos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estes integram uma agenda mundial para a constituição e implementação de políticas que servirão de norte para a sociedade até a década de 2030. Esta ação é considerada uma agenda que contempla um plano de ação que visa alcançar 17 ODS, estendidos em 169 metas e é justamente nessa perspectiva que é possível vislumbrar o quanto o debate em torno do meio ambiente se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tornou ainda mais importante, pois está sendo construído de forma crítica, consistente abrangendo todos os aspectos de uma problemática não somente ambiental, e sim, também, social. Fato que corrobora com essa afirmação são cinco perspectivas em questão: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz.

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
Objetivo 7 - Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
Objetivo 9 - Construir infra estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
Objetivo 14 - Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e
Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA, 2022, ONLINE).

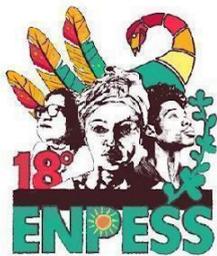
Os dezessete ODS estão contemplados em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS. (ESTRATÉGIA ODS, ONLINE)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sabe-se da importância que cada uma dessas dimensões influencia na vida da sociedade e no meio ambiente direta e indiretamente, nos seres vivos e de como são imbricadas entre si sendo necessário discuti-las de forma concomitante.

Entretanto, para haver maior consistência na discussão desse assunto que envolve todas as nações do planeta e pela limitação física exigida academicamente, a discussão será desenvolvida visando possibilidades para que as 4 dimensões exigidas possam ser atingidas, e quais os caminhos para que possam ser concretizadas.

É um desafio gigantesco, pois envolve os interesses de grandes corporações, os verdadeiros detentores do poder, além disso, a falta de conhecimento a respeito dos meios de proteção e sustentabilidade pode não ser de conhecimento de toda população.

III. A administração da "questão ambiental" e mecanismos de enfrentamento: a Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é conceituada pela Norma ABNT 14001 da seguinte forma, seu objetivo principal é especificar os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental que vai possibilitar meios para que todas as organizações, não importando seu porte, possibilitar o desenvolvimento de práticas sustentáveis em seus mercados: produtos e serviços. (ABNT, 2015).

Considera-se assim que a gestão ambiental é um elemento conclusivo para tornar tanto os objetivos quanto às dimensões das ODS em algo possível, pois a gestão realizada de forma competente e integrada possibilita passos mais consistentes em relação à melhoria ambiental para a humanidade, é a soma de interesse de empresas que queiram melhorar sua imagem produzindo ações benéficas e é do interesse do cidadão comum que pode se beneficiar dessas ações.

Em se tratando de Brasil, a situação não muda em relação a outras nações, o Capitalismo, através de sua fome voraz pelos recursos presentes no meio ambiente, são fundamentais para a criação de bens de consumo, que tem sua vida cada vez menor, sendo necessário produzir mais e cria assim um vicioso círculo de consumo.

Os produtos produzidos têm cada vez menos resistência e feitos para durarem pouco, quando possuem resistência maior criam-se modismos para que seu valor ou sua existência seja cada vez mais temporária.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Basta pesquisar itens eletrônicos, como exemplos clássicos os celulares, tvs, computadores, sempre tendo a cada ano algo novo e fundamental para o consumidor, como não bastasse essa dependência que a sociedade passa a ter desses itens, ainda é possível sistemas de assistente virtual capaz de desenvolver tarefas como configurar alarmes, transmitir informações referentes à situação no trânsito ou à previsão do tempo, reproduzir músicas ou podcasts, enfim, máquinas preparadas para assimilar as necessidades de seus usuários.

Ainda assim, quando se trata da construção de ações em prol da sociedade e do meio ambiente é preciso conscientização e não romantizar ações em defesa do meio ambiente, elas são necessárias, mas não gratuitas.

Esse fato ocorre devido às transformações ocorridas na sociedade que resultam em novos meios de vida, novas formas de se viver, de se trabalhar, de se produzir, de se locomover, a soma de todos esses acontecimentos têm consequências ao meio ambiente e também a quem se vale dele no dia a dia. Dito de outra forma, um temporal pode deixar milhares sem luz, uma enchente pode impedir a locomoção de muitos, o calor excessivo pode destruir plantações a alterar preços que podem resultar negativamente na economia do país, pensando na soma de todas essas possibilidades acredita-se que:

[...] a Gestão Ambiental é consequência natural da evolução do pensamento da humanidade em relação à utilização dos recursos naturais, é a união de técnicas, conhecimentos, tanto por parte da sociedade, bem como do setor empresarial, em busca de soluções e alternativas para manter o equilíbrio ambiental, reduzindo ou recuperando a degradação do meio natural. (PIEPER; SANTOS; PIMENTEL, 2012, p. 696).

A discussão em relação à Gestão Ambiental tem múltiplas facetas, é certo que surge para somar em relação às problemáticas existentes e constantes em relação aos danos ambientais causados pela excessiva produção e consumo. Assim, é necessário criar possibilidades para o atendimento do público mais prejudicado, ou seria apenas estratégia para mascarar a destruição causadas por empresas de grande poder financeiro? Alguns autores sequer acreditam na possibilidade do desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista, pois aceitariam os donos do capital frearem a produção para poupar o meio ambiente ou ainda esperar a natureza se recuperar?

O conceito surge em razão do processo de degradação econômica, fragilidade política e destruição da natureza como tentativa de amenizar o gérmen do sistema de produção capitalista: exploração, destruição e alienação. Em virtude dessa lógica, a racionalidade predominante sobre o desenvolvimento sustentável ampara-se em uma epistemologia

baseada em um pragmatismo de foco utilitarista, ou seja, a sustentabilidade apresenta-se como um discurso necessário e útil na medida em que legitima as práticas das empresas e dos “intelectuais” que servem aos interesses das elites econômicas vinculadas ao sistema de capital. (VIZEU, MENEFHETTI, SEIFERT, 2012, p. 580).

A história de uma nação é constantemente construída com desafios e transformações, a tarefa de se fazer gestão ambiental não é simples, é complexa, pois deve ser construída coletivamente.

A partir do momento do planejamento da construção de ações visando a preservação ambiental de forma isolada, ou seja, sem a participação da sociedade civil, essa ação tem grandes chances de não vigorar. Se houver ainda, nessa tentativa de construir algo em relação ao meio ambiente apenas o interesse de uma única empresa, será necessário repensar, pois quando o trabalharmos o ambiental não se deve separar o humano e o ambiental, essas partes são imbricadas entre si, uma depende da outra, coletivamente, indissociavelmente.

Nunes e Silva, (2013) afirmam: "O termo sócio inserido no ambiental é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental".

Por esse motivo o termo questão socioambiental é utilizado para destacar tanto problemas ambientais como também sociais, pois, como já dito, estão interligados. Consciente de que desde o século 20 ações estão sendo construídas para fortalecer o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, muitas empresas que adotaram e/ou desenvolveram ações de gestão ambiental procuram se diferenciar cada vez mais buscando ações que as coloquem no patamar de defensoras do meio ambiente.

Entende-se por selo verde uma espécie de certificação para produtos, serviços e empresas que produzem de forma sustentável, ou ainda, com ações reduzidas de impacto ambiental e socialmente responsáveis.

O selo verde também é conhecido como certificação verde ou ecosselo. Seu principal objetivo é chancelar empresas e fabricantes que adotam práticas, medidas e procedimentos socioambientais responsáveis. Ou seja, é uma garantia de que a empresa mantém um sistema de gestão ambiental, que garante a proteção dos recursos naturais e a saúde humana. (SEBRAE, ONLINE).

Considera-se assim que essas ações envolvendo empresas e sociedade e que resultem em gestão ambiental qualificada são fundamentais para que haja real fortalecimento que ações que freiem a problemática socioambiental. Mas, além da gestão é necessário que ferramentas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentais precisam ser utilizadas, essa ferramenta é a educação ambiental, pois seu alcance permite que esteja nos mais amplos setores da sociedade.

Se a gestão ambiental é, em grande parte praticada por empresas ou instituições, a educação ambiental pode ser praticada por todos/as. Por todo esse aparato a serviço da sociedade e das empresas considera-se que essas possibilidades atendem a 3 elementos indicados nas 4 dimensões das ODS. A dimensão ambiental, por se preocupar com ações que abrangem desmatamento, proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais.

A dimensão econômica e a dimensão Institucional, por terem através da gestão ambiental vários atores envolvidos, desde os que usam em larga escala os recursos do meio ambiente para sua produção, aqui cabe destacar que o uso dos recursos do planeta é responsabilidade de todos e não somente de grandes empresas, é esse comprometimento coletivo que fará a diferença na construção de uma sociedade que reconheça a participação do humano e do ambiental, e possibilitar que a sustentabilidade socioambiental não seja algo inatingível, uma espécie de utopia imaginada num sistema que dilapida, que destrói para poder construir algo que tenha valor de venda.

IV. A administração da "questão ambiental" e mecanismos de enfrentamento: a Educação ambiental

Descrever a situação ambiental do Brasil é algo que pode ser feito sem grandes esforços, pois temos a materialização de uma crise ambiental sem precedentes, tão preocupante que é notório para a sociedade que o bioma brasileiro está sucumbindo à exploração desgovernada capitaneada pela ação humana neste sistema econômico.

Seja pela exploração de empresas para retirar do solo e da água recursos minerais, seja pela excessiva produção de resíduos resultantes do alto consumo e da falta de tratamento deste lixo, e ainda, pelo uso desregrado da água.

Pensar em ações que visam reduzir toda essa violência contra o meio ambiente é urgente, e isto, de certa forma, já está sendo feito há muitas décadas sob formas de legislações ambientais. No Brasil, o que não faltam são leis que foram criadas com a intenção de proteger e preservar o meio ambiente, entretanto, é preciso pô-las em prática, executá-las na integralidade.

Dessa forma, consciente da grandeza do território brasileiro e da quantidade significativa de cidades desta nação, a proposta de reflexão e de ação é de que haja empenho na propagação da Educação Ambiental, das políticas públicas existentes no Brasil, esta talvez seja a que tem mais possibilidades de estar presente nos mais variados lócus. Antes, porém, é necessário

conceituá-la, segundo o art. 1º, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, entende-se por Educação Ambiental:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, Online).

Esta importante ferramenta, segundo a referida lei deveria estar presente de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, aprofundando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das mais diversas disciplinas e atividades escolares.

Outra possibilidade de propagação tem se dado fora dos muros das escolas, em empresas como uma das ferramentas de gestão ambiental, em associações de moradores como uma forma de educação popular, enfim, muitas são as formas de se trabalhar com essa educação.

Dessa forma, acredita-se que a Educação Ambiental é um dos principais instrumentos para o enfrentamento da problemática ambiental, pois consegue englobar os vários aspectos das dimensões da ODS, além disso, entende-se que a Educação Ambiental é um instrumento da Gestão Ambiental, cabe então conceituar esse termo e entender quais são seus objetivos.

O objetivo dessa Norma é prover às organizações uma estrutura para a proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas. [...] especifica os requisitos que permitem que uma organização alcance os resultados pretendidos e definidos para seu sistema de gestão ambiental. (ABNT, 2015, p. 8).

V. Serviço Social e questão socioambiental

Em mais de oito décadas de história o profissional de serviço social vivenciou através de seu trabalho as mais inúmeras facetas das expressões da questão social, e não é demais afirmar que fome, pobreza, miséria e degradação sempre existiram na história das sociedades, entretanto, esse fator estava relacionado às formas de produção, a ausência de tecnologias e de planejamento de distribuição de recursos e insumos.

No atual contexto, mesmo com a revolução tecnológica, com a ampliação das formas de produção e com a especialização dos trabalhadores para que se possa produzir cada vez mais as mazelas sociais e ambientais ainda estão presentes e de formas contundentes, sempre com a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capacidade de surpreender a qualquer cidadão civilizado e com capacidade de se sentir indignado com o poder e a opressão que o sistema capitalista tem causado à sociedade.

Vivencia-se um momento ao qual indústrias de extração de recursos minerais afundam bairros inteiros sem se preocuparem com a história de vidas das pessoas envolvidas e com o estrangulamento comercial dessas regiões afetadas.

Presenciam-se barragens desmoronando com um poder devastador e da mesma forma, a preocupação predominante, é o lucro. Esses fatos, e muitos outros, já foram divulgados pela mídia, que em um momento enaltecem as indústrias, e em outros se aproveitam do espetáculo de horror para ganharem espaço e audiência da população.

Diante desse contexto, cabe ao/a assistente social através de seu trabalho profissional atuar de forma a atender os usuários de seus serviços, nas mais variadas formas de atendimento, seja em desastres ambientais, seja através de serviços assistenciais, previdenciários, na saúde e nos mais variados lócus onde a profissão se instalou.

Para Gracas e Silva, 2010, a questão ambiental vem interpelando o serviço social brasileiro, desde o início da década em curso, seja direto como espaço de intervenção, seja como campo de pesquisa.

O/A assistente social tem como fonte de seu trabalho as mais variadas expressões da questão social e conforme proposta de discussão a questão socioambiental também é um evidente reflexo da questão social cabe destacar que vários autores a definem questão social a seu modo, para o tratamento da relação entre esta e a questão socioambiental recorreu-se à interpretação de Behring e Boschetti (2007, p. 51):

[...] as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas - as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

A autora pontua que as respostas dadas pelas políticas sociais não atendem as necessidades da população seja por serem setorializadas, atendendo especificamente por setor, ou fragmentadas, sendo dadas à conta gotas, não permitindo a resolução de um problema em sua completude, assim, a exploração do capitalismo sobre os trabalhadores o fragiliza ainda mais.

A manipulação de grandes indústrias e empresas no meio ambiente geram todas as formas de sequelas ao meio ambiente e que conseqüentemente afeta toda sociedade, mas, ainda é possível destacar que os que sofrem mais conseqüências desse desastres, da poluição, e de

acesso à água potável e serviços de saneamento de qualidade são as pessoas de baixa renda, a consequência pode estar relacionado ao local de moradia dessa população, em locais afastados do centro ou ainda, nas grandes cidades, aos moradores em regiões de favelas, local que a situação ainda é mais intensificada.

A contribuição que o/a profissional do/a Serviço social pode dar está em seu trabalho educativo e a possibilidade de orientar os indivíduos que precisam de apoio e orientação para terem seus direitos atendidos.

O trabalho do/a assistente social pode ser desenvolvido em diversas frentes, desde instituições privadas ou representantes da sociedade civil organizadas, ONGs, ou ainda representando o Estado ou Município para efetivação de direitos socioassistenciais. Por ser um profissional que está presente em múltiplas dimensões de atendimento, pode contribuir para o ODS na dimensão Social que destaca estar relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.

O/a assistente social deve participar no enfrentamento dessa questão, e de suas múltiplas expressões que vêm configurando como um novo e pertinente campo de intervenção para a profissão, mediado pela incorporação dessa temática ao vasto universo das empresas, das ONGs e do Estado (SILVA, 2010). Para tanto o/a profissional de Serviço Social deve buscar ser crítico, propositivo e investigativo em sua atuação, devendo ter compromisso com seu aprimoramento profissional, são essas qualidades, são essas inquietações próprias da profissão que em mais de 80 anos vem se qualificando para poder compreender e intervir de forma propositiva na realidade para poder contribuir na edificação de uma sociedade mais justa e participativa.

VI. Conclusão

Há quase dois séculos a questão ambiental foi reconhecida como uma necessidade indispensável para a manutenção da vida humana, e no decorrer desses quase 2 séculos outras lutas que são necessárias numa sociedade livre, também vinham sendo travadas, sempre de forma isolada.

Desde o advento do reconhecimento do desenvolvimento sustentável, houve vários desdobramentos que demonstraram que só é possível haver essa forma de desenvolvimento se houver respeito aos direitos humanos, as muitas lutas travadas de forma isolada passam a ser presente no bojo do desenvolvimento sustentável.

Essa ambiciosa meta deve ser atingida até o ano de 2030, mas para que isso ocorra será de fundamental importância o trabalho articulado dos mais variados setores da sociedade, pois tais metas não teriam de ser feitas de forma isolada.

Dessa maneira, a discussão proposta sobre a inserção de elementos que são direcionados ao sucesso dessa empreitada pode contribuir para o fortalecimento desta agenda, sempre levando em consideração a importância de seus 17 objetivos e de suas 4 dimensões.

A educação ambiental, a gestão ambiental e o/a assistente social são fatores determinantes para que essa agenda aconteça. Trata-se de uma ferramenta instituída por lei, aliada a uma forma de administração e de controle do impacto humano no meio ambiente e de um profissional com conhecimento das realidades propostas pelo ODS.

Essa soma poderá resultar de forma propositiva nas metas propostas pela agenda, a urgência na afirmação dos ODS é um dos muitos sinais dados de que a situação por qual passa a sociedade e o meio ambiente é uma questão socioambiental e dever ser seus objetivos tratados não mais com urgência e sim como uma necessidade vital.

Sabe-se que a proteção do meio ambiente em uma sociedade constantemente bombardeada por novas tecnologias, como é o caso do mundo globalizado exige uma atuação integrada de toda sociedade.

Os governos exercem papel fundamental ao desenvolver políticas públicas ambientais e podem promover a adoção de práticas sustentáveis e dessa forma contribuir na minimização dos impactos negativos ao meio ambiente. São exemplos de soluções possíveis identificadas nos estudos que balizaram esse artigo;

Transição para uso de Energias Renováveis: a transição para fontes de energia renováveis garante a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação das mudanças climáticas

Conservação, Restauração de Ecossistemas: Na proteção do meio ambiente e na preservação da biodiversidade a conservação e a restauração de ecossistemas desempenham um papel crucial. É importante a criação de áreas protegidas, como parques nacionais e reservas naturais, para possibilitar a preservação de habitats importantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Economia Circular: A transição da economia de linear para circular é uma solução sustentável para o meio ambiente. A economia circular é responsável por minimizar o desperdício e possibilita a reutilização, reciclagem e recuperação de materiais.

Educação ambiental: A educação ambiental é fundamental para promover a mudanças atitudinais e de mentalidade em direção à sustentabilidade, os resultados a longo prazo podem ser o caminho para o desenvolvimento sustentável.

VII. Referência

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ISO 14001**. Sistemas de gestão ambiental – requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 20 dez 2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Histórico ODS. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-ambientais/historico-ods>>. Acesso em: 03 jan. 2024.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?**. Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

LÉVY, P. (1999). **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, Tradução: Carlos Irineu da Costa.

MARX, K. (1988). **Capital e tecnologia: manuscritos de 1861-1863**. Tradução: Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

NUNES, L; SILVA, A. G. M.. **O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social**. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2013, Florianópolis, 2013. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-questão-socioambiental-na-formação-profissional.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

PIEPER; D. S.; SANTOS, T.; PIMENTEL, R. Meio ambiente e justiça ambiental: a educação ambiental como práxis social. In: **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ambiental. n. 5, v. 5, p. 696-704, 2012. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/view/4142/2799>>.

SILVA, M. G.. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFFERT, R. E.. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. In: Cadernos Ebape.br, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 dez. 2024.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.